



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 280,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano	
	As três séries	Kz: 611 799.50
	A 1.ª série	Kz: 361 270.00
	A 2.ª série	Kz: 189 150.00
	A 3.ª série	Kz: 150 111.00

IMPRESA NACIONAL — E. P.

Rua Henrique de Carvalho n.º 2

e-mail: impresanacional@impresanacional.gov.ao

Caixa Postal N.º 1306

CIRCULAR

Encontrando-se neste momento os Departamentos Ministeriais, Institutos Públicos e demais Unidades Orçamentais a preparar as propostas para o OGE/2017, para efeitos de cabimentação orçamental para esse exercício;

Vem a Imprensa Nacional E.P. recomendar a todos os Departamentos Ministeriais, Órgãos e demais entidades que publicam em I e II Série, a necessidade de inscrição atempada do custo anual deste serviço no orçamento e cabimentação para 2017, por forma a que seja assegurada a quota financeira adequada ao pagamento da subscrição do Serviço Jurisnet, cumprindo-se deste modo o estipulado na Lei n.º 7/14⁽¹⁾ publicada na I Série do *Diário da República* n.º 98, de 26 de Maio, que obriga os órgãos e entidades que publicam actos legislativos e normativos a subscrever aquela Plataforma Informática de pesquisa e legislação angolana.

A subscrição do *Web Service* — Jurisnet, propriedade da Imprensa Nacional, é destinada a todas as Entidades Públicas e Privadas, e obedece a um número mínimo de 50 Acessos/Utilizadores, com o valor anual de AKz: 2.100.000,00 (equivalente a AKz: 3.500,00/mês/utilizador) englobando a disponibilização (online) actualizada diariamente, de todos os *Diários da República* da I, II e III Séries, para além das funcionalidades de pesquisa.

⁽¹⁾Capítulo VII, Art.º 11.º, 3. Os órgãos e entidades que publicam actos legislativos ou normativos ou outros actos na I Série do Diário da República devem simultaneamente subscrever a Plataforma Informática de pesquisa e consulta de legislação da Imprensa Nacional, de forma a assegurar um conhecimento rigoroso das referências e vicissitudes legais associadas aos actos a publicar.

SUMÁRIO

Conselho Superior da Magistratura Judicial

Resolução n.º 10/16:

Designa José de Jesus Ndala Carlos para Presidente da Comissão Provincial Eleitoral de Benguela.

Ministérios da Administração do Território e da Educação

Decreto Executivo Conjunto n.º 293/16:

Cria as Escolas do Ensino Primário n.º 137 «Helder Neto» e n.º 148 «Hoji-ya-Henda», situadas no Município de Capenda Camulemba, Província da Lunda-Norte, com 4 salas de aulas, 8 turmas, 2 turnos e aprova o quadro de pessoal das Escolas criadas.

Decreto Executivo Conjunto n.º 294/16:

Cria a Escola do Ensino Primário, «Canguindo», situada no Município do Cuilo, Província da Lunda-Norte, com 6 salas de aulas, 12 turmas, 2 turnos e aprova o quadro de pessoal da Escola criada.

Decreto Executivo Conjunto n.º 295/16:

Cria a Escola do Ensino Primário, n.º 146 «Ngola Quiluanje-Muxinda», situada no Município de Capenda Camulemba, Província da Lunda-Norte, com 7 salas de aulas, 14 turmas, 2 turnos e aprova o quadro de pessoal da Escola criada.

Ministério do Interior

Decreto Executivo n.º 296/16:

Aprova o Regulamento Orgânico da Direcção de Planeamento e Finanças, deste Ministério. — Revoga todas as disposições que contrariem o presente Decreto Executivo.

Decreto Executivo n.º 297/16:

Aprova o Regulamento Orgânico da Direcção de Segurança Institucional, deste Ministério. — Revoga todas as disposições que contrariem o presente Decreto Executivo.

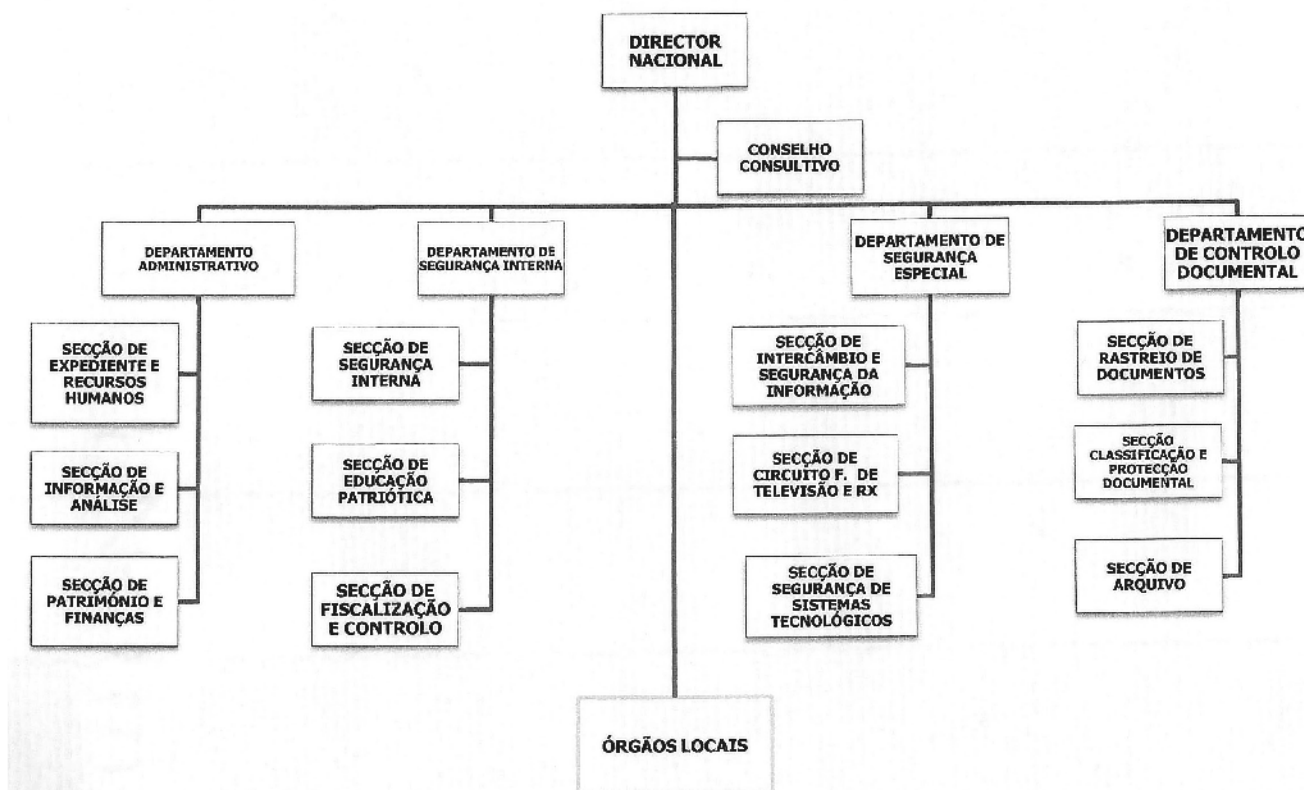
Decreto Executivo n.º 298/16:

Aprova o Regulamento Orgânico da Direcção de Telecomunicações e Tecnologias de Informação, deste Ministério. — Revoga todas as disposições que contrariem o presente Decreto Executivo.

Decreto Executivo n.º 299/16:

Aprova o Regulamento Orgânico do Gabinete Jurídico, deste Ministério. — Revoga todas as disposições que contrariem o presente Decreto Executivo.

ANEXO II
A que se refere o artigo 11.º do Regulamento que o antecede
Organigrama da Direcção de Segurança Institucional



O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*

Decreto Executivo n.º 298/16
de 29 de Junho

Convindo aprovar o Regulamento Orgânico da Direcção de Telecomunicações e Tecnologias de Informação, conformando-o ao estatuído no n.º 1 do artigo 41.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Interior, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 209/14, de 18 de Agosto;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 2 do artigo 41.º do Decreto Presidencial n.º 209/14, de 18 de Agosto, determino:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado o Regulamento Orgânico da Direcção de Telecomunicações e Tecnologias de Informação, anexo ao presente Decreto Executivo, que dele é parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Revogação)

São revogadas todas as disposições que contrariem o presente Decreto Executivo.

ARTIGO 3.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões que se suscitarem na interpretação e aplicação do presente Diploma serão resolvidas pelo Ministro do Interior.

ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 2 de Junho de 2016.

O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*.

**REGULAMENTO ORGÂNICO DA DIRECÇÃO
DE TELECOMUNICAÇÕES E TECNOLOGIAS
DE INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO INTERIOR**

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

ARTIGO 1.º
(Natureza)

A Direcção de Telecomunicações e Tecnologias de Informação, abreviadamente designada por «DTTI», é o órgão de apoio técnico ao qual incumbe proceder ao estudo, à concepção e à coordenação das actividades relativas à aquisição e instalação dos meios de comunicações e informáticos.

ARTIGO 2.º
(Atribuições)

A Direcção de Telecomunicações e Tecnologias de Informação tem as seguintes:

- a) Estudar e planear, numa perspectiva de rentabilização e potenciação da eficácia e de interoperabilidade, a arquitectura dos sistemas de informação, de comunicações e coordenar a gestão dos sistemas existentes nos serviços executivos e demais serviços do MININT;
- b) Proceder à uniformização de conceitos, definir normas gerais e específicas relativas à negociação e administração de contratos de aquisição e determinar os procedimentos de utilização de comunicações e tecnologias de informação, bem como prestar assessoria técnica;
- c) Proceder ao estudo e emitir pareceres técnicos sobre a aquisição de meios de comunicações, informáticos e equipamentos afins, bem como zelar pela sua instalação, utilização e manutenção;
- d) Exercer as demais atribuições estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

CAPÍTULO II
Organização em Geral

ARTIGO 3.º
(Estrutura orgânica)

A Direcção de Telecomunicações e Tecnologias de Informação tem a seguinte estrutura:

1. Órgão de Direcção:
Director Nacional.
2. Órgãos Consultivos:
 - a) Conselho Consultivo;
 - b) Conselho das Tecnologias de Informação e Comunicação.
3. Órgãos de Apoio Técnico:
 - a) Departamento Administrativo;
 - b) Departamento de Estudos, Planeamento e Informação;
 - c) Departamento de Aprovisionamento Técnico.
4. Órgãos Executivos Centrais:
 - a) Departamento de Telecomunicações e Sistemas;
 - b) Departamento de Tecnologias de Informação;
 - c) Departamento de Desenvolvimento Tecnológico.
5. Órgãos Executivos Locais:
Direcções Provinciais.

CAPÍTULO III
Organização em Especial

SECÇÃO I
Órgão de Direcção

ARTIGO 4.º
(Director)

A Direcção de Telecomunicações e Tecnologias de Informação é dirigida por Director Nacional, a quem compete:

- a) Coordenar e controlar a execução das actividades;
- b) Zelar pela manutenção da ordem e disciplina;
- c) Orientar a elaboração dos planos e relatórios de actividades;
- d) Garantir a utilização racional dos recursos humanos, materiais e financeiros;
- e) Velar pelo cumprimento integral das normas estabelecidas sobre a matéria de segredo estatal;
- f) Propor ao Ministro do Interior a nomeação, exoneração, provimento e mobilidade do pessoal;
- g) Executar outras tarefas que lhe sejam determinadas superiormente.

SECÇÃO II
Órgãos de Apoio Consultivo

ARTIGO 5.º
(Conselho Consultivo)

1. O Conselho Consultivo é o órgão ao qual compete emitir pareceres, apresentar propostas para o melhoramento e o desenvolvimento dos serviços, nomeadamente, no que respeita à sua gestão, à orientação, à coordenação e ao controlo, bem como pronunciar-se sobre quaisquer outros assuntos que o Director submeta à sua consideração.

2. O Conselho Consultivo é objecto de regulamentação própria.

ARTIGO 6.º
(Conselho das Tecnologias de Informação e Comunicação)

1. O Conselho das Tecnologias de Informação e Comunicação é o órgão de carácter consultivo e de apoio ao Director, ao qual compete proceder à análise de projectos e programas e propor soluções sobre questões inerentes a especialidade.

2. O Conselho das Tecnologias de Informação e Comunicação é objecto de regulamentação própria.

SECÇÃO III
Órgãos Apoio Técnico

ARTIGO 7.º
(Departamento Administrativo)

1. O Departamento Administrativo é o órgão ao qual compete:

- a) Assegurar o funcionamento administrativo da Direcção, nomeadamente, através da recepção, registo, classificação e expedição de documentos e organização de arquivos;
- b) Assegurar aos demais órgãos o fornecimento de material de consumo corrente, necessário ao bom funcionamento e execução das tarefas administrativas;
- c) Assegurar a elaboração, a recepção e a expedição de toda a correspondência;

- d)* Proceder ao apoio técnico, bem como à reprodução da documentação necessária ao funcionamento e ao cumprimento das atribuições da Direcção;
- e)* Garantir a execução do trabalho de recursos humanos no domínio da avaliação, selecção, colocação, promoção e superação sistemática;
- f)* Assegurar o controlo físico e estatístico do pessoal, movimento em serviço, licenças, férias e faltas;
- g)* Elaborar a folha de efectividade;
- h)* Assegurar a execução das actividades protocolares e de relações públicas, no âmbito das missões específicas;
- i)* Executar outras tarefas que lhe são determinadas superiormente.

2. O Departamento Administrativo é chefiado por um Chefe de Departamento e compreende a seguinte estrutura:

- a)* Secção de Expediente;
- b)* Secção de Recursos Humanos.

ARTIGO 8.º

(Departamento de Estudos, Planeamento e Informação)

1. O Departamento de Estudos, Planeamento e Informação é o órgão ao qual compete:

- a)* Elaborar estudos e projectos de desenvolvimento das actividades gerais e controlar a sua execução;
- b)* Elaborar os planos principais da Direcção;
- c)* Fiscalizar, controlar, emitir pareceres e proceder ao acompanhamento metodológico dos órgãos dos serviços do Ministério do Interior;
- d)* Executar outras tarefas que lhe são determinadas superiormente.

2. O Departamento de Estudos, Planeamento e Informação é chefiado por um Chefe de Departamento e compreende a seguinte estrutura:

- a)* Secção de Estudos, Informação e Análise;
- b)* Secção de Planeamento e Controlo.

ARTIGO 9.º

(Departamento de Aprovisionamento Técnico)

1. O Departamento de Aprovisionamento Técnico é o órgão ao qual compete:

- a)* Garantir aquisição de materiais e equipamentos, sua conservação e gestão;
- b)* Formular propostas de abastecimento técnico material e sua correcta distribuição;
- c)* Garantir o funcionamento integral da técnica relacionada com equipamentos de comunicação e de tecnologias de informação;
- d)* Executar outras tarefas que lhe são determinadas superiormente.

2. O Departamento de Aprisionamento Técnico é chefiado por um Chefe de Departamento e compreende a seguinte estrutura:

- a)* Secção de Património e Aprovisionamento;
- b)* Secção de Abastecimento Técnico Material.

SECÇÃO IV Órgãos Executivos

ARTIGO 10.º

(Departamento de Telecomunicações e Sistemas)

1. O Departamento de Telecomunicações e Sistemas é o órgão ao qual compete:

- a)* Instalar, montar e reparar os distintos meios de rádio-comunicações, comutação, tele-observação e outros sistemas, nos órgãos de subordinação central e provinciais do Ministério do Interior;
- b)* Intervir na elaboração de cadernos de encargos, selecção, aquisição, contratação e instalação de equipamentos técnicos;
- c)* Analisar os resultados de aplicação das normas e regulamentos de trabalho, com o objectivo de sugerir modificações necessárias ao aperfeiçoamento técnico;
- d)* Executar outras tarefas que lhe são determinadas superiormente.

2. O Departamento de Telecomunicações e Sistemas é chefiado por um Chefe de Departamento e compreende a seguinte estrutura:

- a)* Secção de Rádio-Comunicações;
- b)* Secção de Sistemas;
- c)* Secção de Comutação;
- d)* Secção de Tele-Observação e Electrónica Aplicada.

ARTIGO 11.º

(Departamento de Tecnologias de Informação)

1. O Departamento de Tecnologias de Informação é o órgão ao qual compete:

- a)* Elaborar estudos e propostas relativas à utilização de meios informáticos, nas distintas áreas do Ministério do Interior;
- b)* Garantir a manutenção do sigilo na execução das aplicações e promover a optimização das mesmas;
- c)* Intervir na elaboração de cadernos de encargos, selecção, aquisição, contratação e instalação de equipamentos de tecnologias de informação;
- d)* Analisar os resultados da aplicação das normas e regulamentos de trabalho, com o objectivo de sugerir modificações necessárias ao aperfeiçoamento técnico;
- e)* Garantir a segurança e a confiabilidade da informação a sua guarda;
- f)* Executar outras tarefas que lhe são determinadas superiormente.

2. O Departamento de Tecnologias de Informação é chefiado por um Chefe de Departamento e compreende a seguinte estrutura:

- a) Secção de Segurança e Infra-Estruturas de Redes;
- b) Secção de Administração de Sistemas;
- c) Secção de Suporte Técnico.

ARTIGO 12.º

(Departamento de Desenvolvimento Tecnológico)

1. O Departamento de Desenvolvimento Tecnológico é o órgão ao qual compete:

- a) Desenvolver soluções inovadoras voltadas à optimização de processos tecnológicos;
- b) Realizar estudos e executar projectos informáticos, visando a organização das diversas áreas do Ministério do Interior;
- c) Proceder à modelagem, à simulação, ao controlo e à optimização de processos de produção, bem como realizar testes de aplicativos;
- d) Realizar treinamento e capacitação tecnológica ao efectivo do MININT, de acordo com a evolução e com os procedimentos tecnológicos.

2. O Departamento de Desenvolvimento Tecnológico é chefiado por um Chefe de Departamento e compreende a seguinte estrutura:

- a) Secção de Desenvolvimento de Aplicativos;
- b) Secção de Electrónica e Computação.

SECÇÃO V

Órgãos Executivos Locais

ARTIGO 13.º

(Direcções Provinciais)

1. Nas Delegações Provinciais do Ministério do Interior funcionam órgãos cuja composição é a que consta do regulamento da respectiva Delegação, ao qual compete executar na sua área de responsabilidade as orientações estruturais, técnicas e metodológicas emanadas da Direcção de Telecomunicações e Tecnologias de Informação.

2. Os órgãos provinciais têm a nível de cada província as funções que genericamente são atribuídas à Direcção de Telecomunicações e Tecnologias de Informação.

CAPÍTULO IV

Regime de Pessoal

ARTIGO 14.º

(Pessoal)

1. O pessoal do regime especial de carreiras em comissão de serviço na Direcção de Telecomunicações e Tecnologias de Informação está sujeito à legislação aplicável.

2. O pessoal do regime geral de carreiras está sujeito à disciplina e à legislação em vigor na função pública.

ARTIGO 15.º

(Quadro do pessoal e organigrama)

1. O quadro de pessoal e o organigrama da Direcção de Telecomunicações e Tecnologias de Informação são os constantes dos Anexos I e II ao presente Regulamento, dele fazendo parte integrante.

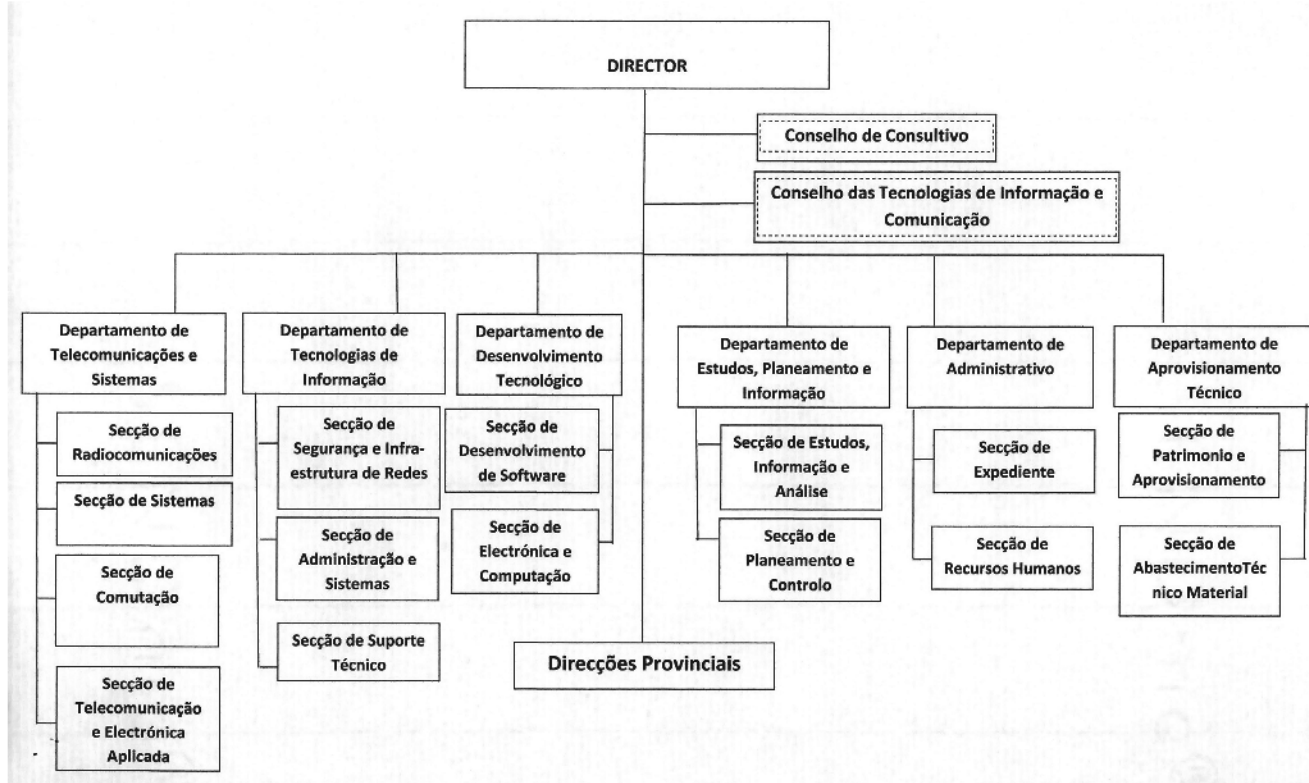
2. O provimento do pessoal nas vagas existentes obedece às normas da legislação específica.

ANEXO I

A que se refere o n.º 1 do artigo 15.º do Regulamento que antecede

N.º DE LUGARES	CATEGORIA ORGÂNICA
1	1. TITULARES DE CARGOS DE DIRECÇÃO Director Nacional
6 17 15 51	2. TITULARES DE CARGOS DE CHEFIA Chefe de Departamento Directores Provinciais Chefe de Secção Chefe de Secção Provincial
7 4 5 6 12 6	3. PESSOAL TÉCNICO SUPERIOR Assessor Principal 1.º Assessor Assessor Técnico Superior Principal Técnico Superior de 1.ª Classe Técnico Superior de 2.ª Classe
7 4 6 5 6 7	4. PESSOAL TÉCNICO Especialista Principal Especialista de 1.ª Classe Especialista de 2.ª Classe Técnico de 1.ª Classe Técnico de 2.ª Classe Técnico de 3.ª Classe
4 5 6 8 8 9	5. PESSOAL TÉCNICO MÉDIO Técnico Médio Principal de 1.ª Classe Técnico Médio Principal de 2.ª Classe Técnico Médio Principal de 3.ª Classe Técnico Médio de 1.ª Classe Técnico Médio de 2.ª Classe Técnico Médio de 3.ª Classe
4 6 7 7 6 3	6. PESSOAL ADMINISTRATIVO Oficial Administrativo Principal 1.º Oficial 2.º Oficial 3.º Oficial Aspirante Escriturária-Dactilógrafa
1 2 3	7. PESSOAL TESOUREIRO Tesoureiro Principal Tesoureiro de 1.ª Classe Tesoureiro de 2.ª Classe
1 2 3 1 2 3 1 2 3	8. PESSOAL AUXILIAR Motorista de Pesados Principal Motorista de 1.ª Classe Motorista de 2.ª Classe Telefonista Principal Telefonista de 1.ª Classe Telefonista de 2.ª Classe Auxiliar Administrativo Principal Auxiliar Administrativo de 1.ª Classe Auxiliar Administrativo de 2.ª Classe
1 2 3	9. PESSOAL OPERÁRIO QUALIFICADO Encarregado Operário de 1.ª Classe Operário de 2.ª Classe

ANEXO II
Organigrama a que se refere o n.º 1 do artigo 15.º do Regulamento que antecede



O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*

Decreto Executivo n.º 299/16
de 29 de Junho

O Estatuto Orgânico do Ministério do Interior, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 209/14, de 18 de Agosto, regula sob nova perspectiva, os órgãos que o integram, prevendo a necessidade de existirem Regulamentos Internos dos Serviços de Apoio Instrumental e de Apoio Técnico, aprovados pelo Ministro do Interior;

Convindo ajustar o Regulamento Orgânico do Gabinete Jurídico às linhas orientadoras plasmadas naquele instrumento jurídico;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e, de acordo com o n.º 2 do artigo 41.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Interior, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 209/14, de 18 de Agosto, determino:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado o Regulamento Orgânico do Gabinete Jurídico, anexo ao presente Decreto Executivo, de que é parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Revogação)

São revogadas todas as disposições que contrariem o presente Decreto Executivo.

ARTIGO 3.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo, são resolvidas pelo Ministro do Interior.

ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 2 de Junho de 2016.

O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*.

**REGULAMENTO ORGÂNICO
DO GABINETE JURÍDICO**

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

ARTIGO 1.º
(Natureza)

O Gabinete Jurídico é o serviço de natureza transversal, responsável pela execução das medidas legislativas em todos os domínios de actividade do Ministério do Interior, cabendo-lhe prestar apoio técnico ao Ministro e aos demais serviços internos.